

RECIFE E SUA REGIÃO METROPOLITANA: heranças e incompletudes que desafiam o futuro da cidade

CRISTÓVÃO DE SOUZA BRITO¹
FERNANDO PONTUAL DE S. LEÃO JR.²

RESUMO

O artigo tratou de identificar, a partir da análise de estudiosos que avaliam os impactos que um novo ordenamento mundial produz em cidades originadas da colonização europeia, quais seriam os indícios de óbices e problemas que afetam a Cidade do Recife, e que evidenciam faticamente a ocorrência de tais impactos. O fio de condução do trabalho tomou como pressuposto de investigação a ideia de que um monitoramento de indicadores socioeconômicos específicos poderia elucidar como ocorre, de fato, uma lógica desagregadora a incidir sobre a trajetória de crescimento da Cidade. Objetivamente, buscou-se avaliar uma conjunção de variáveis quantitativas que sinalizassem uma visão mais imbricada de como elas se relacionam e produzem as indicações de primazia ou incompletude a que aludem os autores que dão suporte teórico ao estudo. Metodologicamente, o estudo priorizou três focos quantitativos de análise: os indicadores de PIB, os indicadores das receitas públicas e indicadores da dinâmica populacional. Os resultados evidenciam e clarificam a existência de óbices e a necessidade de estratégias compensatórias para o Recife no contexto metropolitano, a partir do que veio de se denominar imperativos da reestruturação produtiva mundial.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano. Cidades primaciais. Cidades globais.

1 – Aspectos Introdutórios

¹Professor Doutor da Universidade de Pernambuco-UPE, da Faculdade Integrada de Pernambuco- FACIPE e da Faculdade Damas. Email: fpontual@globo.com

²Professor Doutor da Universidade de Pernambuco-UPE, da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e da Faculdade Integrada de Pernambuco- FACIPE. Email: cristovao.brito@ibest.com.br

Parece ser fato inconteste o desafio que se impõe a gestores públicos, que é o de conduzir os destinos das urbes em meio a um contexto de evidências claras de que as suas trajetórias de crescimento esbarram no aspecto concorrencial a elas imposto, no sentido de evitarem produzir os padrões seriais e recursivos que as nivelam em patamares pouco atrativos ao capital financeiro nacional e internacional (HARVEY, 2000). A visão de Sassen (1993) acerca de uma tipologia de cidades que se impôs com a fenomenologia relativamente recente da globalização, ao se integrar às constatações de Harvey, traduz a preocupação contemporânea de um mundo, atualmente e essencialmente, urbano. Mas, também não escapa à análise da autora a questão ontogenética das formações urbanas que definiu, com a própria gênese do capitalismo, a separação clara entre as cidades de origem colonial e as cidades que comandaram a expansão marítima europeia, iniciada entre o final do Século XV e início do Século XVI. A Cidade de Recife é uma remanescente desse processo de construção mutante da acumulação capitalista e, conseqüentemente, se perfila entre as típicas formações urbanas que se originaram com a colonização portuguesa.

O futuro de uma Cidade que nasceu sob o estigma de ser, originariamente, um mero apêndice portuário da Vila de Olinda, Capitania de Pernambuco, transformando-se, com o decorrer do tempo, no principal corredor de exportações da economia nordestina até o terceiro quarto do século passado (ANDRADE, 1995, *opus cit.*), constitui-se no objeto de estudo de uma proposta de pesquisa que buscará produzir aportes mais substantivos sobre os desafios peculiares e, sobretudo, com evidências típicas das primazias desenvolvidas nas cidades de origem colonial. O artigo que ora se apresenta, se objetiva por ser apenas um instrumento expositivo dos aspectos relevantes que vão definir o fio de condução da pesquisa mais ampla a ser realizada. Mas que, ainda que de modo apriorístico, pretende pinçar quais são os vetores a serem considerados nas políticas públicas e nos concertos futuros a serem estabelecidos entre os atores que atuam no cotidiano do lócus urbano recifense. Considera-se ser bastante significativa essa contribuição, haja vista que a temática explorada, apesar das tipicidades inerentes ao Recife, pode servir de suporte para a compreensão dos desafios inerentes às demais cidades primaciais.

O elemento de motivação a referenciar este estudo, se assenta no pressuposto de que os ingredientes originais determinantes do caráter primacial da Cidade são evidências fáticas que, contextualizadas ao momento presente, tornam o desafio de preparar o seu futuro, associado a uma necessidade de ultrapassar os óbices que a condição de primazia lhe reserva. Ou seja, o fio condutor da análise a ser trabalhada é o de que a resolução das questões urbanas atuais repousa, em grande parte, na capacidade de que os agentes que nela atuam, tenham de minimizar as heranças lesivas que a sua condição de Cidade Primaz conserva desde a sua formação original.

Nos itens a seguir, busca-se conferir um sequenciamento lógico, de modo a se caracterizar, mediante o uso dos referenciais teóricos que destacam os desafios que se colocam para as cidades (claramente assentes no circuito de estudiosos que se debruçam sobre a temática tratada), diante da possibilidade de cotejar tais desafios com as evidências empíricas. Evidências que, a um só tempo, colocam a Cidade do Recife diante do ofício de projetar o seu futuro tendo que buscar o seu receituário de crescimento frente a um campo de possibilidades, que, além de amplo, exige a poda ou até a ruptura com os laços de primazia que a vincula a uma realidade que se perdeu no tempo.

2 – Contexto Teórico: Hierarquia de Cidades Globais “versus” Cidades Primaciais

As especificidades atuantes em modos distintos da dinâmica capitalista em países de economia avançada e em países de economia dependente ou tardia diferem apenas em termos da gradação com que tal influência se exerce, embora permaneçam válidas as observações sobre processos crescentes de exclusão e fragmentação social, em ambos os casos, em decorrência da redução do nível de emprego na atividade industrial, atribuída ao fenômeno da reestruturação produtiva mundial (PRETÉCILLE, 1994). E, em que pese a argumentação de que o setor de serviços se expande, por conta do mesmo fenômeno, esse movimento não compensa o número de empregos destruídos na atividade industrial. Desse modo, conquanto exista uma participação relativa maior do setor de serviços na formação

do perfil econômico de países, estados e municípios, essa mudança de perfil realiza-se com a perda, em termos absolutos, de postos de trabalho para todo o conjunto da economia (SASSEN, 1991, p.189-200).

O custo social resultante dessas mudanças é medido pelo caráter mais exigente no setor de serviços, o qual estabelece requerimentos de mão-de-obra com um nível de qualificação com o qual o trabalhador da indústria não conta no momento da demissão, exigindo-se, portanto, uma fase de requalificação para o desempenho de funções completamente diversas daquelas por ele exercida na indústria. As chances de uma recolocação profissional ficam reduzidas, para a maioria, a empregos de baixa remuneração, dado o baixo nível de qualificação dessa mão-de-obra. Disso resulta um setor de serviços com características novas: um terciário superior composto pelos trabalhadores mais qualificados, com salários compensadores e um terciário de baixa qualificação, correspondido por baixos salários (SASSEN, *opus cit*).

As análises disponíveis, com relação aos rumos da reestruturação produtiva, foram apoiadas em pesquisas, tanto em grandes metrópoles dos EUA, da Europa e do Japão, quanto para cidades do terceiro mundo, onde, de um modo geral, as mudanças, com maior ou menor intensidade, têm produzido um quadro preocupante de exclusão e de fragmentação social. Resultando em modificações expressivas nas formas de apropriação, de produção e de reprodução do espaço urbano, destacando-se um movimento comum de deslocamento de população para a periferia das grandes cidades, na medida em que se acentuou o processo de terceirização do mercado de trabalho.

Ao destacarem os traços distintivos da interferência da globalização produtiva e financeira em cidades de economias avançadas e em cidades de economia dependente, alguns estudiosos dessas mudanças (SASSEN, 1993; STORPPER, 1994; TABB, 1990), relevaram o fato de que as primeiras, em razão de sediarem as matrizes de grandes corporações financeiras transnacionais e de contarem com uma adequada infraestrutura urbana (redes de telemática e de teleinformática), além de serem berço de grandes centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico,

conseguem polarizar as grandes conexões da rede mundial de comércio e dos mercados de capitais. Assumiriam, portanto, o *status* de cidades globais (centros mundiais financeiros de pesquisa) e cidades tecnopólos (grandes centros de pesquisa e desenvolvimento).

Outro grupo de cidades mais característico de nações de economia dependente, seria formado por lócus urbanos que não conseguem ou enfrentam grandes dificuldades para se inserirem no circuito dos capitais financeiros internacionais, em virtude de uma inadequada ou incipiente oferta de atrativos aos grandes investimentos que decorrem da reestruturação produtiva mundial. De um modo geral, esta incapacidade de atrair os investimentos e de acompanhar as mutações do capitalismo está associada a uma série de deficiências intrínsecas ao próprio modo de produção capitalista dependente (ou periférico) que, via de regra, caracteriza-se: pelo baixo nível de qualificação da mão-de-obra local, pelo baixo nível de renda de sua população, pela inexistência de um eficiente programa de incentivos fiscais e pela baixa representatividade de seu mercado (SASSEN, *opus cit.*). Essas espacialidades são também reconhecidas como localidades retardatárias, que, no contexto capitalista mundial, são desafiadas a desenvolverem seus leques de atrativos locais como forma de se integrarem ao processo de globalização (HARVEY, *opus cit.*, p.265-66). Mas a análise desses estudiosos descarta a possibilidade de perseguição a um padrão de verossimilhança com as cidades anteriormente definidas como cidades globais ou com as cidades tecnopolos tipificadas por Sassen. Preconizando, assim, a busca de um padrão diferenciado de atrativos que as tornem distintas umas das outras, especializando-se num leque de atrativos locais para os quais demonstrem maior inclinação e otimizando as suas específicas dotações de atributos (recursos naturais, recursos humanos, recursos financeiros, entre outros). Busca que tenha finalidade e o sentido de assegurar as suas permanências e as suas chances de crescimento na atual fase de mutação capitalista. Este receituário evitaria o padrão serial e, muitas vezes, recorrente, de cidades nas quais a primeira impressão de quem nelas chega é o da sensação de “*déjà vu*”, o qual opera no sentido de diminuir-lhes a atratividade para os negócios e para os investimentos financeiros.

De um modo mais conciso e considerando os ordenamentos mais gerais que advieram das análises iniciais sobre o fenômeno de um mundo transformado na grande aldeia global, o destino que se coloca possível para a maioria das cidades de países, outrora coloniais, está atrelado ao repto de perseguirem, doravante, o perfil diferenciado e competitivo preconizado pelos pesquisadores ora mencionados. Entretanto, a questão relacionada à busca de tal perfil, transforma em padrão linear e reducionista a trajetória proposta, haja vista que as formações originárias de muitos desses lócus urbanos trazem do passado um conjugado de heranças materiais e imateriais que dificultam ou geram óbices a um novo direcionamento a ser inserido na função utilitária dessas cidades. Propõe-se que o termo “função utilitária” represente um conceito síntese de uma percepção funcionalista do lócus urbano, enquanto repositório das expectativas de uma sociedade local acerca de um território que deve responder por um processo de atendimento de demandas contínuas que dessa sociedade emana. Território que será continuamente desafiado a se mimetizar no tempo, para manter-se contemporâneo e sintonizado com as demandas sociais.

Todavia, a condição inelutável de estar em sintonia constante com a necessidade de mudança adquiriu um contorno de urgência, na medida em que, a velocidade com que a globalização se consolida e cria mecanismos de integração na geopolítica mundial, acelerando-a, não é a mesma velocidade que, em passado mais distante, desencadeou uma divisão internacional do trabalho. Divisão que respondeu, em grande parte, pela atual hierarquia de cidades percebidas por vários analistas. O caráter subserviente e plurissecular enfrentado pelas nações outrora colonizadas, em relação às antigas nações colonizadoras, gestou um modo de produção extremamente vinculado aos interesses metropolitanos, cuja velocidade de transformação acompanhou o ritmo mais lento dos desdobramentos do capitalismo mercantil. Com o advento da Revolução Industrial e do capitalismo industrial, a velocidade das transformações assume uma gradiente de aceleração compatível com a maior velocidade das inovações tecnológicas e com o fim das etapas coloniais, durante o Século XIX, na América Latina (e em outras partes do Mundo), razão pela qual o caráter primacial, a que aludem Sassen e Harvey ou de

incompletude a que se refere Santos (1982, p.55-71), torna-se evidente com o corte do cordão umbilical que unia colonizados e colonizadores.

Todavia, a necessidade de sobreviver a uma nova ordem de relacionamento comercial mais autônomo levou as ex-colônias a preservarem o antigo modelo primário-exportador, como forma de garantir a presença na rede de comércio mundial, haja vista que a independência política de direito, subordinava-se a uma dependência comercial de fato. A qual constituía a razão de sobrevivência das oligarquias locais, que, em certa medida, tornaram-se recalcitrantes (pelo menos no referente ao caso do Brasil), por muito tempo, a qualquer possibilidade de mudança e de busca de um crescimento econômico mais endógeno e menos dependente (SANTOS, 1998).

Na realidade, a baixa capacidade para atrair investimentos externos nas economias em referência, não pode se despegar de uma ontogênese que a provocou e que veio "de fora para dentro". Para não ir mais longe, na busca da complementação de seu diagnóstico, este estudo justifica o fato de que a geração de uma vantagem comparativa e competitivamente mais vantajosa às manufaturas e bens industrializados produzidos pelas economias avançadas, a partir da Revolução Industrial, em relação aos produtos primários e às matérias-primas das economias dependentes (que inclui, entre outras, a maioria das ex-colônias), foi utilizada como instrumento de expropriação da capacidade destas últimas de gerarem superávits de balança comercial e de balanço de pagamentos.

Assim, a competência para atrair investimentos externos, teria sido um ponto de menor importância para as economias dependentes, se elas tivessem uma vantagem superavitária, ainda que, modesta, preservada nas relações com o resto do mundo, de modo que a geração de poupanças externas, através do comércio internacional, viesse a constituir a regra e não a exceção. Cumpre, portanto, acrescer que:

- a) A inoperância comercial das economias dependentes em face

do protecionismo das economias avançadas;

b) A concorrência depreciativa e inevitável entre elas mesmas, no sentido de ampliar seus coeficientes de penetração no mercado internacional através de ofertas maiores de matérias-primas e de produtos primários, à custa do aviltamento dos preços das mesmas;

c) A gradiente paulatinamente alcançada pelas economias avançadas em termos de relações de troca, na qual, numa primeira etapa, a manufatura aviltou — na expansão do quantum exportado e na depreciação crescente do valor de troca dos bens primários e matérias-primas — o esforço de exportação das economias dependentes (em termos de receitas relativamente candentes) destas últimas; e,

d) Numa etapa seguinte, a partir do momento em que algumas destas nações conseguiram completar suas matrizes industriais /manufatureiras, a inovação tecnológica e a valorização das finanças como mercadoria avidamente procurada por estas, passaram a ser o trunfo de uma relação de troca, ainda mais desigual, obtida pelas economias avançadas.

Estas são antecedências que podem ser reconhecidas como as pedras de toque a justificarem a existência de trajetórias tão diferentes a serem seguidas por cidades de economias avançadas e de economias dependentes. A estes motivos adicionem-se: a incapacidade gestora, a baixa qualificação da mão-de-obra, a baixa capacidade de alavancagem dos programas de incentivos fiscais nestas economias e a baixa representatividade efetiva de seus mercados internos, entre outros aspectos relevados nas análises realizadas. Eles são apenas uma faceta a revelar o longo imobilismo que imperou, em grande parte, nas economias e nas localidades de nações de capitalismo dependente.

A aceitação tácita de que tais desafios têm que ser superados a partir de um esforço gerado "de dentro para fora", embora justificável, revela-se

insubsistente ante a realidade de que o próprio fado da dependência produz a miopia de tomar como causa o que, em grande parte, é apenas consequência. Constitui um grande equívoco o fato de tomar como sujeito capaz da iniciativa da ação, o que está mais para objeto da manipulação.

Destarte, aos requerimentos usualmente listados pelos analistas da globalização como necessários a um posicionamento das cidades que não se perfilam na tipologia da cidade global, há que se ter em mente que as formações urbanas nascidas na fase colonial, ao herdarem as consequências da lógica subalterna que caracterizou as cidades primaciais da América (responsáveis pela operacionalização do pacto colonial e do exclusivo metropolitano), se acresce o desiderato da busca endógena e diferenciada para a definição de uma função econômica que lhes assegurem sustentabilidade nessa progressão errática do capitalismo.

Por oportuno, cumpre esclarecer que a conotação dada ao termo primacial, por si só, não implica em definir a primazia como algo negativo, mas tão somente a de explicitá-la como uma característica que imprime ao locus urbano uma capilaridade que se exerce sobre a mão-de-obra em busca de oportunidades de emprego, a qual se explica pelo leque de oportunidades e pela dinâmica que o seu potencial de crescimento econômico representa em relação a outros locus urbanos de reduzido poder de atração.

Por outro lado, a ocorrência espacial bem distribuída de cidades com tais características, dentro de uma mesma região, teria o condão de não acentuar o caráter primacial, haja vista que a multiplicidade de polos de atração distribuiria de forma equilibrada a pressão exercida pelos contingentes de mão-de-obra, evitando-se as economias de aglomeração que tanto caracterizaram a formação socioeconômica do Nordeste e do Sudeste do Brasil, até o terceiro quartel do século passado. Porém, uma lógica de polarização só pode ser vantajosa se os benefícios sociais e econômicos (efeitos de difusão) que ela produz, puderem ser considerados como mais que compensando os custos sociais e econômicos (efeitos de sucção) nos quais se incorre ao adotá-la (Conselho Econômico e Social, 1997, p.43). De tal

sorte que, tanto o aspecto unipolar representada pelo caráter primacial típico das primeiras cidades coloniais da América luso-espanhola, das quais o Recife é um exemplo; quanto a multipolaridade produzida por uma lógica de concentração mais equilibrada ou mais distribuída, com o objetivo de evitar a cidade primaz (a que se refere Sassen), ou a metrópole incompleta (a que se refere Santos), podem resultar em efeitos de sucção e externalidades negativas, que vão reproduzir, no tempo, as mazelas inerentes às localidades retardatárias.

Portanto, em se tratando de um desígnio inelutável, no que refere ao imperativo imposto às cidades não portadoras do leque de atributos percebidos nas cidades globais (e seus sub-níveis) de redirecionarem uma trajetória de crescimento sustentável dentro de um escalão inferior de possibilidades abertas para elas, tanto em economias avançadas, quanto em economias periféricas, há que se ter em mente a complexidade envolvida com a escolha de uma estratégia forçosamente peculiar. Escolha, que se amplifica diante da possibilidade de uma cidade reunir os problemas herdados de uma formação colonial primacial com os desafios presentes em uma nova ordem mundial e determinados por uma dinâmica capitalista transgressora e instável.

Conquanto a primacialidade não seja um distintivo exclusivo de cidades coloniais terceiro-mundistas ou de capitalismo dependente, a ocorrência desses lócus com atributos de primazia se faz mais comum nas nações periféricas da América Latina, principalmente, pelo fardo histórico que a função primário-exportadora imposta pelo jugo colonizador converteu em um legado inconveniente a ser, atualmente, combatido com políticas de despolarização, buscando-se uma distribuição espacial que desconcentre a força de atração que esses lugares ainda exercem nas economias periféricas ou em desenvolvimento. Recife se enquadra nesta descrição.

3 – O Recife, o Espaço Metropolitano e a Herança Primacial.

3.1 – Um Breve Histórico da Formação Colonial do Recife.

O Recife herdou da sua formação colonial como porto de Olinda a condição de corredor de exportação e de importação, não só da Capitania de Pernambuco, como também da Região Nordeste. A referida condição culminou por lhe conferir o status de Cidade, ainda no Século XVIII, ao mesmo tempo em que lhe possibilitou desenvolver um perfil econômico mercantil rentista que ainda se conserva nos dias atuais. O Bairro do Recife, palco dessa vocação primário-exportadora, durante muito tempo carregou, através de sua formação portuária, a força de atração, a partir da qual, se ordenou: o traçado urbano da Cidade, a concentração do comércio e a gradativa influência que o Recife passou a exercer como espaço de polarização sobre os municípios vizinhos, ao ponto de assumir a condição de sede metropolitana (Andrade, 1995).

O perfil produtivo do Recife, portanto, definiu-se com a sua vocação inicialmente portuária que viabilizou o "exclusivo metropolitano" português e transformou-o no mais importante corredor de exportações/importações do Nordeste nas fases colonial e imperial (Andrade, idem). Na realidade, esta primeira função econômica do Recife como foco de polarização do modelo primário-exportador, é interpretada como uma característica que predominou durante anos mais recentes (segunda metade do século passado), ou seja: enquanto perduraram os mecanismos de sustentação (incentivos e subsídios concedidos pelo extinto IAA- Instituto do Açúcar e do Alcool ao Estado de Pernambuco, no início da década de 90). Prática que por algum tempo conseguiu mascarar a baixa produtividade da economia açucareira pernambucana em relação à então novel economia açucareira do Sudeste, principalmente a de São Paulo.

Na realidade o mencionado perfil primário-exportador alicerçado na economia canavieira, que havia conferido ao Porto do Recife uma tradição em movimentação de carga que o colocou, até meados da década de 70, como o terceiro maior porto do Brasil em volumes embarcados e desembarcados, viu-se comprometido pelo desgaste de um sistema produtivo açucareiro mais de quatro vezes centenário. Período que preservou técnicas de produção

características de uma agricultura extensiva e tendente à exaustão dos solos, com reflexos na queda da produtividade e na qualidade da cana-de-açúcar.

Não bastasse esse grande poder de capilaridade, essa influência foi potencializada com a consolidação de um papel de liderança regional, que respondeu, até os anos setenta do século passado, pelo intenso fluxo de migrações campo/cidade proveniente dos estados do Nordeste. Consideradas as progressões no tempo ora descritas, pode-se avaliar o grau de primazia que a Cidade foi desenvolvendo no tempo. A sua Região Metropolitana (RMR), composta atualmente de 14 municípios (Recife, Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata) se caracteriza por uma intensa relação de interdependência e de complementaridades. Principalmente no que se relaciona à sua função econômica, a qual se constitui na principal geradora de postos de trabalho, para a maioria dos municípios da Região, com grande parte desses municípios atuando como cidades-dormitórios, principalmente, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, os de maiores contingentes populacionais. Para melhor sintetizar a representação do Recife e do seu contexto metropolitano, apresenta-se no QUADRO I um sumário das suas principais características geográficas e econômicas:

QUADRO I – Características Principais do Recife e da RMR

RECIFE (Sede Metropolitana)	REGIÃO METROPOLITANA
Área – 218,00 km ²	Área – 2.751,45 km ²
População – 1.536.934 habitantes	População – 3.668.428 habitantes
PIB – R\$ 24,8 bilhões	PIB – R\$ 50,5 bilhões
PIB do Recife/PIB de PE= 34,4%	PIB da RMR/PIB de PE= 70%
PIB Per Capita – R\$ 16.058,89	PIB Per Capita – R\$ 13.592,95
IDH – 0,797	IDH – 0,780
	Cidade de maior PIB Per capita: IPOJUCA – R\$ 87.938,01
	5ª Maior RM do País

Fonte: Censo do IBGE 2010 e Informações do CONDEPE-Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco.

A observação do quadro antecedente já permite evidenciar o grau de primazia ostentado, tanto pelo Recife, quanto pela sua Região Metropolitana, haja vista a grande concentração de PIB – Produto Interno Bruto do Estado de Pernambuco em ambas, respectivamente, de 34,4% e 70,0%. Considerando-se que as áreas geográficas do Recife e da RMR representam, respectivamente, 0,2% e 2,8% da área do Estado de Pernambuco (98.311km²), pode-se concluir pelo elevado grau de aglomeração das atividades nos dois espaços, haja vista que as populações de ambas representam, respectivamente, 18,1% e 43,2% da população do Estado. Conquanto estes não sejam os indicadores mais adequados para a aferição de concentração primacial, há que se levá-los em conta, quando a questão que se coloca no estudo em lide é a de buscar respostas aos rumos que Cidade e o que seu entorno poderá tomar no futuro.

3.2 – Análise de Indicadores como Instrumentos de Reflexão para o Futuro: o Recife e a RMR sob o imperativo da reestruturação urbana.

Uma das características que marcam o perfil econômico da Cidade do Recife é a de ter preservado por mais de quatro séculos o seu perfil de cidade terciária, mesmo que essa feição mercantil-rentista tenha apresentado matizes que obedeceram a uma lógica de subordinação aos momentos históricos que

impuseram tais mudanças. Na sua feição mais antiga, a citada condição foi ditada pela colonização, em seguida pela presença holandesa em Pernambuco e, posteriormente, pelo retorno da capitania ao controle de Portugal. Entretanto, em cada uma dessas fases o controle dessa atividade econômica se vinculava a ditames externos. As fases seguintes de governo imperial e de governo republicano, seguida da primeira fase republicana, em que pese o fato de se referirem a contextos temporais que sugerem a minimização da influência portuguesa na obediência a ditames externos (o pacto colonial), nada contribuíram para modificar a postura subserviente e acomodada que caracterizou as oligarquias regionais ao continuarem preservando a operação do modelo primário exportador remanescente do período colonial.

Todavia, é justamente na fase republicana que a vocação mercantil rentista do Recife se consolida com a construção do Porto no molde com que hoje se conhece, possibilitando que a cidade despontasse, até os anos 70 do século passado, como a terceira maior instalação portuária do País, fazendo com que convergissem para ela os influxos crescentes das atividades econômicas terciárias. Atividades estas, que a transformaram em principal centro econômico e financeiro da Região Nordeste, acentuando-lhe as características de primazia tão eloqüentemente percebidas pela alta concentração dos PIB's metropolitano e municipal (70% e 34,4%, respectivamente) em relação ao PIB estadual.

Entretanto, uma análise mais minuciosa acerca dessa acentuação de incompletude e de primazia permite reconhecer uma capacidade mimética que a Cidade vem apresentando ao longo do tempo de reagir a processos de transformações em sua função econômica, ditadas por reconfigurações produtivas, pela perda dos subsídios à produção de açúcar e ordenamentos supervenientes ao seu *modus operandi* (globalização econômico-financeira e obsolescência do modelo portuário de Recife), sem que se altere o seu perfil terciário. Nesse sentido, uma primeira evidência de uma preservação histórica e crescente de sua vocação de Cidade terciária e mercantil pode ser observada ao se analisar a TABELA I, em sequência:

TABELA I – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO PIB

Brasil, Nordeste, Pernambuco, RMR e Recife

DISCRIMINAÇÃO	1970	1980	1995	2010
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00
AGRICULTURA	11,60	10,20	7,50	6,24
INDÚSTRIA	35,80	40,60	31,70	18,92
SERVIÇOS	52,60	49,20	60,80	74,84
NORDESTE	100,00	100,00	100,00	100,00
AGRICULTURA	20,90	17,30	16,50	7,90
INDÚSTRIA	27,40	29,30	16,70	25,30
SERVIÇOS	51,60	53,40	66,80	66,80
PERNAMBUCO	100,00	100,00	100,00	100,00
AGRICULTURA	28,80	13,20	12,10	5,20
INDÚSTRIA	14,10	28,20	16,30	21,60
SERVIÇOS	57,10	58,60	71,60	73,20
RMR	100,00	100,00	100,00	100,00
AGRICULTURA	7,00	4,00	0,00	0,61
INDÚSTRIA	24,00	27,00	26,90	24,78
SERVIÇOS	69,00	68,00	73,10	74,61
RECIFE	100,00	100,00	100,00	100
AGRICULTURA	0,04	0,03	0,04	0,06
INDÚSTRIA	19,98	26,05	25,70	17,32
SERVIÇOS	79,98	73,92	74,26	82,62

Fontes: IBGE, CONDEPE E GOVERNO DE PERNAMBUCO

Da observação da tabela exposta, percebe-se que a Cidade do Recife, em 1970, apresentava um PIB predominantemente assentado no setor de serviços (79,98% do PIB total), o qual se arrefeceu em 1980, em virtude de uma ênfase no papel industrializante que a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste patrocinou em meados da década de 1970, alavancando a participação do setor secundário na composição total do seu PIB.

A partir de 1995 evidencia-se uma queda na participação do setor industrial no total do PIB, em virtude de medidas adotadas pela SUDENE visando reduzir a polaridade que a Cidade exercia na recepção de novos investimentos, ao modificar a sistemática de benefícios fiscais, o que tornava a localização de novos empreendimentos industriais no Recife desinteressante.

Nos anos que se seguiram a 1995, a consolidação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, ao tempo em que representou um impacto com poder de reduzir

a participação do Setor Terciário no PIB da Cidade, através de uma redução drástica das atividades portuárias do Porto do Recife, foi compensada com a capacidade que a Cidade teve de absorver a referida perda, mimetizando a sua vocação terciária ao incorporar a esse perfil a condição de se consolidar como um dos mais importantes Polos Médicos do País e um dos mais importantes centros de Engenharia da Computação, consequência da implantação em suas decrépitas instalações portuárias, do Porto Digital (Polo de Desenvolvimento de Softwares), no qual operam mais de 200 empresas, entre elas a Motorola, a IBM, a Borland, a Nokia, a Sun, a Oracle, entre outras. Toda esta estrutura está suportada por investimentos locais e por instituições como o C.E.S.A.R – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, que abriga duas incubadoras de empresas, bibliotecas, etc.

Não obstante todo o esforço empreendido, no sentido de minimizar o impacto de mudanças no perfil terciário ou mercantil/ rentista da Cidade, fica evidente, como se demonstra na Tabela II, em sequência, uma redução da polaridade que ela exerceu no contexto metropolitano, a partir da tendência declinante do seu PIB ao longo de vinte e cinco anos.

TABELA II -Participação dos Municípios da RMR no PIB Metropolitano

MUNICÍPIOS DA RMR	PIB (%)	PIB (%)	PIB (%)
	1985	2000	2010
Abreu e Lima	1,32	1,50	1,38
Araçoiaba	-	0,10	0,10
Cabo	5,24	7,00	7,29
Camaragibe	1,02	1,37	1,23
Igarassu	2,76	1,86	1,87
Ipojuca	1,08	7,81	14,80
Itamaracá	0,14	0,23	0,20
Itapissuma	0,94	1,22	0,78
Jaboatão dos Guararapes	12,43	12,27	13,61
Moreno	0,66	0,50	0,49
Olinda	7,01	5,80	5,06
Paulista	8,44	3,95	3,47
Recife	57,92	55,53	48,88
São Lourenço da Mata	1,02	0,87	0,85
RMR	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE e IPEA/Autores

Da observação dos dados apresentados, pode-se perceber que o Recife e cidades como Abreu e Lima, Camaragibe, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata, vêm ao longo de 25 anos, apresentando uma perda de representatividade na formação do PIB metropolitano, algumas delas

confirmando uma tendência declinante desde 1985 (na qual a queda da participação do Recife se sobressai) e outras apresentam pontos de sela, a partir de 2010.

O grupo formado pelas cidades do Cabo, Ipojuca e Jaboatão dos Guararapes, claramente caracterizados como zonas industriais, são os únicos a apresentarem crescimento firme ao longo de todo o período (casos de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) e de recuperação da participação, a partir de 2010 (caso de Jaboatão dos Guararapes).

A questão a ser relevada não é o fato de Ipojuca, coadjuvado pelo Município do Cabo, estar se apresentando com uma dinâmica de participação expressiva no PIB metropolitano, pois isto se justifica pela consentaneidade com que as instalações portuárias (Recife) e o pouco que restava de atividade industrial nos demais municípios metropolitanos se curvavam ao padrão de mudanças, iniciado na metade dos anos 80.

Tais mudanças colocaram o Cabo e Ipojuca como localizações privilegiadas, porquanto tecnicamente estariam coadunadas aos novos desafios impostos pela necessidade de reestruturação produtiva ditada por uma nova ordem econômica mundial. Entretanto, importa, efetivamente, atentar para uma realidade que emerge como consequência de tais mudanças. Elas produziram contrastes na dinâmica espacial da Cidade do Recife, principal depositária do impacto das transformações, e se traduziram em segregação e degradação de áreas urbanas outrora ocupadas com atividades que se articulavam em um complexo de relações que viabilizavam um ordenamento urbano mais equilibrado e o uso menos fragmentado dos solos urbanos. Tome-se como exemplo o Bairro do Recife e bairros adjacentes. A sua função portuária constituía a essência das atividades econômicas e sociais complementares (serviços financeiros, despachantes aduaneiros, comerciantes de equipamentos para usinas, casas de câmbio, alfândega, boates, prostíbulos, etc.) que asseguravam a maior fixação do elemento humano no local.

A evidenciação do exemplo dado é uma demonstração inconteste do quanto as referidas transformações produziram de problemas que são paradoxais para os desafios que se impõem à gestão pública municipal da sede metropolitana, na medida em que atividades mercantis que foram eclipsadas de tais áreas, justificam de forma direta, a degradação e o acúmulo de imóveis sem função utilitária, quer seja como moradia, quer como alternativas de novos negócios. A perda da significação social e econômica de certos espaços poderia ser revertida por instrumentos facilitadores de mudanças no padrão de uso dos imóveis que os contextualizem aos padrões habitacionais, ou de uso misto, ou, ainda, de interesse puramente direcionado para negócios, atualmente em curso.

Tais dificuldades, entre as quais, destacam-se as características de um padrão construtivo e arquitetônico que remontam à época do Recife Colonial e a existência de um legado de vários desses imóveis hoje em poder da Santa Casa de Misericórdia, constituem um desafio a ser equacionado. Ou seja, em que pese o poder de regulação que a Administração Pública Municipal detém para realizar intervenções revitalizadoras nas citadas áreas, ela esbarra em conflitos de ordem legal que limitam a sua capacidade de exercer uma governança mais efetiva nesses locais. Isto se explica, parte pela importância monumental desse acervo submetido à proteção e parte pelo fato de inúmeros imóveis pertencerem à Santa Casa de Misericórdia, que por sua função social e por ser isenta do IPTU, além de não contribuir para a arrecadação tributária do Município, não dispõe de recursos para que, mesmo de forma consorciada, realize um programa massivo de revitalização imobiliária que possa reintegrar uma destinação social ou econômica aos imóveis em apreço.

A questão paradoxal a se destacar é que não obstante se perceba uma fraca demanda imobiliária nessas áreas degradadas, há um intenso e crescente apelo à verticalização das construções em áreas da Cidade não sujeitas aos reclamos de preservação. Embora a verticalização seja uma alternativa a um Município sujeito a severas restrições espaciais, não se mostra razoável aceitar que áreas centrais sejam alcançadas por uma degradação de grande parte de um imobiliário urbano que testemunhou a origem da Cidade.

Dessarte, ainda que as experiências de revitalização do Bairro do Recife a partir dos exemplos obtidos pela implantação do Porto Digital, do C.E.S.A.R, Shopping Paço Alfândega e o Projeto Porto Novo (transformação dos antigos armazéns em centro de gastronomia, teatro, cooperativa de artesanato, terminal marítimo de passageiros, etc.) capitalizem resultados positivos num esforço de reestruturação produtiva, não se pode inferir que as estratégias sejam plenamente eficazes no sentido de garantir sustentabilidade e reversão do quadro de degradação na qual o Bairro se encontra. Além do mais, a Ilha de Santo Antônio, o Bairro de São José e outras áreas em processo de degradação exigem intervenções que ampliam o desafio na busca de alternativas de requalificação urbana em áreas com características tão díspares.

Parece faltar ao intento de dar significação nova a tais espaços uma política urbana de fixação de investimentos estruturadores que possibilitem conferir efetivo poder de atração a cada um deles. Trata-se de restituir-lhes o poder de polarizar novas atividades socioeconômicas que revertam o deslocamento “centro-adjacências-periferia” provocado pelos impactos que a reestruturação produtiva, processada a partir dos anos 80, impingiu a tais localidades. Esta é uma

preocupação que insere uma constatação preocupante: o dinamismo com que a polarização industrial apresentada pelos Municípios do Cabo de Santo Agostinho, de Ipojuca (Complexo Industrial e Portuário de Suape) e do Jaboatão dos Guararapes contrapõe-se a uma perda gradual da participação do PIB industrial no PIB total do Recife.

Isto sugere que o esforço de compensar a perda da função portuária e a crescente irrelevância da atividade industrial com a inserção de um perfil mercantil-rentista diferenciado (polos tecnológico, de lazer e médico), pode não estar sendo suficiente para minimizar a perda de participação do Recife na formação do PIB metropolitano, como se depreende da observação do QUADRO III, anteriormente comentado. Não bastasse essa constatação, avulta ressaltar que a dinâmica de crescimento dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Recife - RMR reforça esta preocupação, ao se analisar os dados do QUADRO IV, em sequência:

QUADRO

MUNICÍPIO	1970-75 %	1975-80 %	1980-85 %	1985-90 %	1990-96 %
Abreue Lima	*	*	*	-1,80	11,39
Cabo	14,86	7,15	0,90	5,63	5,63
Camarajibe	*	*	*	10,70	6,82
Igarassu	20,76	7,03	-6,96	18,71	1,41
Ipojuca	5,24	5,11	-4,62	6,25	9,71
Itamaracá	5,80	5,29	-2,32	18,64	-0,88
Itapissuma	*	*	*	1,89	2,80
Jaboatão dos Guararapes	11,06	14,11	-2,84	4,14	5,05
Moreno	11,27	4,60	0,53	5,89	-2,34
Olinda	7,32	9,95	-8,40	14,71	7,62
Paulista	20,01	16,78	-4,07	1,15	1,39
Recife (SEDE)	7,49	5,03	5,05	1,52	-0,85
S.Lourenço da Mata	8,17	10,29	-17,12	7,30	0,38
RMR	8,69	6,88	2,50	2,14	0,71

1. FONTES: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas; IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada
2. (*) - Municípios emancipados após 1985

A observação do Quadro III acima permite concluir que o Município de Ipojuca, a cada período evolutivo, vem se destacando, à exceção do período 1980-85, por apresentar os maiores crescimentos em seu PIB, dentre os demais municípios. A dinâmica observada, mais que duplica, entre 1999-08, a performance apresentada por Recife, induzindo a uma preocupação que, ao tempo em que reforça a suspeição já comentada de que as estratégias de compensação pela perda da função portuária e industrial da Capital, justamente para Ipojuca, não estão sendo suficientes para assegurar a manutenção de uma participação no mínimo estável no que respeita a sua participação no PIB metropolitano, também sugere uma redução na qualidade material e financeira da governança municipal.

Tal suspeição se justifica se for considerado o fato de que uma menor participação na composição do PIB metropolitano, como já demonstrado na TABELA II, pode estar associada a uma tendência gradual de redução das receitas tributárias, haja vista que foi a perda das funções econômicas representadas, no passado, pelo Porto do Recife, pela declinante fração do setor secundário e pela perda da condição de centro financeiro regional que resultaram na busca de mecanismos compensatórios já aludidos.

Os GRÁFICOS I e II, em sequência, mostram a evolução percentual de dois grupos de receitas: as receitas correntes e tributárias para os Municípios do Recife e Ipojuca. As receitas correntes representam a somatória de todas as receitas auferidas (envolvendo as transferências constitucionais, as receitas patrimoniais, industriais, e, inclusive, as mencionadas receitas tributárias, além de outras receitas) e as receitas tributárias envolvem as receitas com impostos, com taxas e contribuições.

FONTES: Elaboração dos autores, utilizando o Banco de Dados do IPEA e do IBGE.

Da comparação dos dois Gráficos resulta a constatação de que Recife apresenta uma evolução bastante aproximada de suas receitas correntes e de suas receitas tributárias, a partir de 1996, indicando que a capacidade de incrementar as suas receitas tributárias está enfrentando limitações explicáveis pelas perdas de atividades importantes, já comentadas, que se deslocaram para Ipojuca, para o Cabo de Santo Agostinho e para Jaboatão dos Guararapes.

No caso do Gráfico II, a evolução percentual das receitas tributárias se superpõe à evolução percentual das receitas correntes, na maioria dos anos observados, sugerindo a maior capacidade que Ipojuca ostenta para gerar receitas próprias. Isto implica numa participação maior das receitas tributárias na formação das receitas correntes do Município, o que evidencia um maior poder material de governança representado por uma maior independência na geração de suas receitas.

Outro aspecto relacionado aos desafios de uma reconfiguração produtiva diz respeito à mudança na atratividade (ou polarização) que os lócus urbanos exercem sobre as populações que neles habitam e deles extraem a razão de suas sobrevivências: as oportunidades de trabalho que tais espaços urbanos propiciam. Nesse sentido, o enfraquecimento do poder de atração das típicas economias de

aglomeração, em virtude da perda de significado econômico, como foi o caso do Bairro do Recife, resulta numa natural migração interna da mão-de-obra para novas áreas ou espaços com maior poder de atração, tal como ocorreu com o Município de Ipojuca. A consequência lógica disso é o natural esvaziamento e a perda de interesse pelas áreas vencidas pelas transformações sofridas com a mutação do capitalismo. O QUADRO IV, a seguir, demonstra, a guisa de exemplo, a dinâmica populacional em decorrência da fenomenologia descrita.

QUADRO IV – Evolução da População e Respectivas Taxas de Crescimento nos Municípios de Recife e Ipojuca

ANOS	RECIFE		IPOJUCA
	População	Taxa de Cresc. Anual (%)	População
1970	1.060.901		35.851
1980	1.203.899	1,27	39.456
1980	1.203.899		39.456
1991	1.298.229	0,69	45.424
1991	1.298.229		45.424
2000	1.422.905	0,92	59.281
2000	1.422.905		59.281
2010	1.537.704	0,78	80.637
2010	1.537.704		80.637
2013	1.599.513	0,39	87.926

FONTE: CENSOS DO IBGE/ AUTORES

É perceptível a desaceleração da taxa de crescimento populacional no Município do Recife em contraste com o que ocorreu com a taxa de crescimento populacional do Município de Ipojuca, a qual se acelera a partir do período 1980-1991, justamente na época em que as instalações do Complexo Industrial e Portuário de Suape começaram a entrar em fase operacional.

Até 1980, a população de Recife crescia a uma taxa superior à ostentada por Ipojuca, como bem se observa no QUADRO IV. Note-se que a demonstração de como essa dinâmica populacional acontece, tomando-se por base apenas o comparativo entre Recife e Ipojuca, sugere o quanto a perda de atividades econômicas sediadas no Bairro do Recife provocou na estrutura do mercado de trabalho. De fato, elas produziram a diáspora populacional motivada pela redução de oportunidades de emprego local (principalmente do trabalho braçal dos estivadores) e a degradação do seu imobiliário, em função do encerramento de atividades comerciais diversas que coexistiam, até então, com as atividades portuárias no Bairro.

Entretanto, há que se registrar a tendencial descaracterização do Município do Recife como Cidade Industrial, a partir do momento em que a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, na década de 1970, resolveu desestimular os investimentos em indústrias na Cidade, canalizando os incentivos fiscais para os Municípios da recém-criada RMR- Região Metropolitana do Recife, entre os quais, os do Cabo de Santo Agostinho e de Jaboatão dos Guararapes, justamente os que, ao lado de Ipojuca apresentam expressivas participações na composição do PIB metropolitano (ver QUADRO III). Portanto, há que se reconhecer que a polarização de atividades econômicas em áreas metropolitanas incentivadas explica parte da desaceleração no crescimento populacional de Recife, razão pela qual, acredita-se que a consideração de um programa de investimentos e de incentivos fiscais adequado a um programa de requalificação de áreas degradadas, devolva à Capital parte das perdas sofridas, ainda que com perfis socioeconômicos adequados a um novo contexto de estratégias competitivas de *city marketing*.

4 – Considerações Finais

4.1 – Análise dos Resultados

As análises efetuadas ao longo do item 3 e seus subitens serviram ao propósito de investigar se existem evidências fáticas, na Cidade do Recife, que confirmem a congêrie de desafios que são diagnosticados por estudiosos da relação direta que une os destinos das cidades no mundo ao intrincado e nebuloso processo de evolução de um capitalismo transgressor e que se torna algoz das localidades menos protegidas de sua mimética ação transformadora. Ação invasiva que se delineou a partir do reconhecimento da globalização ou do aldeamento global. Os estudiosos referenciados no arcabouço teórico que direcionou a metodologia quali-quantitativa realizada, quer se utilizem de conceitos como cidades primazes (Sassen), quer de cidades retardatárias (Harvey) ou, ainda cidades incompletas (Santos), em que pesem as diferenciações nas geratrizes de tais conceitos, convergem analiticamente para elaborar uma diagnose que se impõe desafiadora para uma Cidade como Recife.

A investigação suportada em indicadores que instrumentalizam e facilitam a identificação de um perfil primacial ou de incompletude que se perfilasse aos paradigmas descritos pelos teóricos citados neste artigo, legitimou a existência ou evidência fática dos percalços que desafiam a gestão urbana e os players atuantes no Município do Recife a reorientarem a trajetória de crescimento da cidade, a partir dos focos de análise trabalhados, permitindo as seguintes conclusões:

- i) A análise do QUADRO I, em linhas gerais, permite caracterizar o Recife como uma cidade primacial na medida em que concentra mais

de 30% do PIB do Estado de Pernambuco e, enquanto sede da RMR, responde pelo reforço que empresta ao espaço metropolitano a condição de representar 70% do PIB estadual. Tal poder de representação potencializa e reforça seu caráter primacial e de incompletude, porquanto, para ela e para a RMR, isto vem de reafirmar o seu caráter de típica economia de aglomeração. Disto resulta o aparecimento de externalidades que se caracterizam positivamente pelos efeitos difusores do crescimento: atração de investimentos, ampliação do mercado de trabalho, diversificação produtiva, etc. Negativamente, pela geração de efeitos sugadores do esforço de crescimento, tais como: exclusão social, marginalização, ocupação desordenada dos solos urbanos, migrações internas e externas, etc. (Conselho Econômico e Social, 1997, p.43)

- ii) A análise da TABELA I possibilitou a perspectiva de avaliar, dentro da periodização temporal nela contemplada, os impactos da reestruturação produtiva mundial ocorrida a partir dos anos 1980, principalmente sobre o Bairro do Recife e adjacências, estabelecendo-se um comparativo entre as cidades que compõem o PIB metropolitano. O resultado dessa comparação aponta a participação crescente de Ipojuca na composição do PIB metropolitano, saindo de 7,8% para 14,8%, enquanto que Recife de uma participação de 55,53%, em 2000, cai para 48,88% em 2010. Note-se que o ganho de quase 7,0% na participação de Ipojuca em 2010 coincide com a perda de quase 7,0% ostentada por Recife, também em 2010. Sem sombra de dúvida, este fato atesta os problemas enfrentados por uma Cidade que se transformou, nos primórdios do capitalismo mercantil, num corredor de exportações que viabilizou o pacto colonial português e produziu as consequências primaciais da subserviência imposta e aceita pelas oligarquias regionais. A recomposição das perdas recentes provocadas pela reestruturação produtiva mundial constitui um dos principais desafios para cidades primaciais como o Recife, qual seja o de redefinir um perfil retificador da vocação servil e de dependência externa.

- iii) O QUADRO III procurou evidenciar o quanto cada município metropolitano ostentou, nos períodos de tempo nele definidos, de crescimento de seus respectivos PIB's. Mais uma vez, Ipojuca demonstrou a consistência de seu crescimento ao ostentar um incremento de 23,34% entre 1999 a 2008, contra 10,31% do Recife para igual período. Adrede, convém mencionar que a análise sob o foco das receitas (GRÁFICOS I e II) auferidas pelas gestões

públicas de Ipojuca e de Recife demonstra o caráter tendencialmente declinante da receita tributária para esta última e tendencialmente crescente para Ipojuca, denotando, mais uma vez a despolarização que Ipojuca vem exercendo sobre Recife, em termos de afirmação de sua recente conversão em alternativa portuária ao obsoleto e primaz Porto de Recife. Por fim, a análise acerca dos movimentos de população confirma uma dinâmica de crescimento ascendente para Ipojuca, fortalecendo a crença de que se consolida uma nova economia de aglomeração na RMR. Ainda que se reforce a necessidade de tratar as perdas de Recife como uma preocupação que busque minimizar os impactos da degradação, da fragmentação espacial e da exclusão social consequente desse reposicionamento das funções utilitárias das cidades metropolitanas.

4.2 – Conclusão

A preocupação do artigo não pretendeu demonstrar uma fórmula acabada e definida de resolução e recomposição de um constructo que inscreve, ao mesmo tempo, a restauração e o reordenamento de áreas degradadas e a reinserção de uma nova função utilitária de viés socioeconômico para tais espaços. Longe disso, objetivou-se tão somente por demonstrar que a imbricação dos indicadores utilizados (PIB's, receitas públicas, movimento e crescimento populacional, incentivos fiscais, etc.) se presta como instrumento de visualização da necessidade de uma estratégia mais abrangente e integrada de intervenções nos espaços mercedores de atenção.

Resta claro que as intervenções até então realizadas, a despeito de contabilizarem pontos positivos e resultados visualmente perceptíveis na restauração e devolução de funções socioeconômicas renovadas no Bairro do Recife (destacando-se o esforço da gestão pública, de entidades como o Porto Digital, o C.E.S.A.R, o C.E.C.I e de programas como o *Monumenta* do Banco Mundial), ainda parecem insuficientes para devolver a vitalidade e a pujança que o Bairro conheceu até os anos 1980.

Isto talvez se explique a partir da decodificação de uma lógica que precisa ser desconstruída para que as políticas de intervenção sejam mais rápidas e efetivas, no sentido de se evitar as grandes defasagens ou descompassos observados entre o crescimento do Recife e o de Cidades como Ipojuca, Cabo e Jaboatão. Dentre os determinantes para que os mencionados descompassos se aprofundem, sugere-se uma linha de pesquisa (já iniciada) que busque investigar algumas dessas categorias interferentes no processo, entre as quais citam-se:

- a) A necessidade de uma política compensatória de incentivos fiscais que equilibre a perda de funções socioeconômicas absorvidas por outras cidades da RMR. Entende-se que a primordial função econômica do Bairro de Recife, de progressão secular, ao lhe ser subtraída, foi, num lapso de tempo muito curto, confiada a Ipojuca, graças a uma agressiva política de incentivos governamentais que, em pouco tempo, acelerou os resultados que este Município vem alcançando. A concomitante ausência de uma política equivalente de incentivos para Recife (lei de reação a uma ação) é tomada como hipótese para explicar o gradual descompasso de que tanto se tratou no presente estudo;
- b) A realização de investimentos para devolver uma nova dinâmica de ocupação dos espaços degradados e de parte do imobiliário atualmente sem função socioeconômica, deve ser, supõe-se, implementada de forma integrada e concomitante para produzir impactos mais rápidos nos usos de tais espaços, devolvendo a atratividade que o lócus em apreço já conheceu, tanto em termos de sua característica terciária (serviços), quanto em termos de seu poder de fixação do elemento humano, o qual precisa ser restaurado. Acredita-se que investimentos pontuais e esparsos, como os que atualmente ocorrem no Bairro e em suas adjacências, constituem uma antítese à lógica, quase que monocórdica, de investimentos maciços que viabilizaram o deslocamento de uma grande massa de investimentos para o recém criado Complexo Industrial e Portuário de Suape e, de quebra, de toda uma infraestrutura de serviços de apoio. Mais uma vez avulta a importância de se criar uma política de incentivos fiscais de grande alcance para despertar um novo interesse dos agentes econômicos pela antiga zona portuária;
- c) O imperativo de monitorar (através de marcos regulatórios já existentes e a serem criados, a atuação do setor imobiliário, principalmente dos produtores de imóveis), avaliando o direcionamento que suas intervenções ocasionam no sentido de, propositalmente, repulsarem ou criarem forças de atração nos bairros da Cidade, gerando, ou a polarização de interesses do mercado consumidor ou a degradação de áreas comerciais inteiras, tal como a proliferação de centros de compra (shopings) exerceu sobre os Bairros de Santo Antônio e de São José;
- d) por fim, parece ser necessário considerar que a evidência de uma taxa de crescimento populacional para o Recife que se revela decrescente nas últimas três décadas, ressalta a possibilidade de um jogo de migrações internas do tipo centro/ periferia metropolitana, a qual, em tese favoreceria

o Recife em termos socioeconômicos, não fosse o risco de que o prejuízo venha na forma de mais fragmentação espacial, de mais degradação do ambiente construído e de exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 1994-1996. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 5518 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 1997. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 1774 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 1998. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 3.038 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 1999. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 3014 kb. **BRASIL.** FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2000. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 3588 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2001. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 3682 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2002. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 4.608 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2002- 2007. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 41390 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2008. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 41390 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2009. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 11358 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2010. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 11173 kb.

BRASIL. FINBRA- Finanças do Brasil/ Receitas e Despesas dos Municípios Brasileiros, 2011. Banco de dados – download baixado do site < www.fazenda.gov.br>, tamanho: 11165 kb.

BRASIL. IBGE- Censos Demográficos. Banco de dados – download baixado do site < www.ibge.gov.br>.

PRÉTECEILLE, Edmond(1994). **Cidades globais e segmentação social**, in José Luís Ribeiro (org.), Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRASIL. IPEADATA- Série Histórica IGP-DI. Banco de dados – download baixado do site < www.ipeadata.gov.br>.

HARVEY, David (1993). **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Ed. Loyola.

PORTUGAL (1997). CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL. Colóquio "A Política das Cidades". Universidade de Lisboa.

SASSEN, Saskia (1998). As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel

SASSEN, Saskia (1993). **A Cidade Global**, Belo Horizonte. Palestra sobre as cidades e espaço, proferida com base no livro da autora, The Global City New York, London, Tokyo. Princeton University Press, 1991, pp. 187-202.

STORPER, Michael (1994). Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento, in José Luís Ribeiro (org.), Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Milton (1982). Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: HUCITEC, São Paulo, 2ª edição, 1986.

SANTOS, Wanderley G. dos (1998). Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática. Rio de Janeiro-RJ: Editora Rocco.

TABB, WILLIAMK. (1989). Cidades Mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio: Contrastes na Comparável Aglomeração "in" Licia Valladares "Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. Rio de Janeiro- RJ: Comitê de Investigação em Sociologia do Desenvolvimento Urbano e Regional.